

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E EXCLUSÃO: ALGUMAS JUSTIFICATIVAS PARA O USO DOS TESTES DE APTIDÃO NA DÉCADA DE 1920¹

LILIAN ROSE MARGOTTO

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo: O propósito do artigo é analisar os argumentos presentes em um periódico, editado pelo Governo do Estado de São Paulo entre 1928 a 1930, sobre a importância do uso dos testes psicológicos como instrumento de mensuração dos alunos. Partindo da problemática, ainda hoje presente, no sentido de localizar no aluno as causas de seu fracasso escolar, trata-se de entender o momento crucial para a gênese dessas noções, na maneira como essas explicações de cunho individualizante foram apresentadas em um periódico destinado aos professores paulistas, situando o contexto educacional da época. Em suma, busca-se discutir as justificativas que permitiram, por meio do viés de um conhecimento científico, oriundo da Psicologia e tido como neutro e verdadeiro, tornar natural uma série de impasses que a escola sofria.

Palavras-chave: testes psicológicos; fracasso escolar; escolarização pública; aptidões; diferenças individuais.

PSYCHOLOGY, EDUCATION AND EXCLUSION: SOME REASONS FOR THE USE OF APTITUDE TESTS IN THE 1920s

Abstract: This article analyzes the arguments for the use of psychological tests as instruments for measuring students' learning ability presented in a journal published by the government of the state of São Paulo from 1928 to 1930. The issue of finding in the students themselves the causes of their school failure is still current. Here, I aim to understand the origins of such notion and the ways in which this notion was conveyed to the teachers of the state of São Paulo. In sum, this article seeks to discuss the justification which allowed the naturalization through science and psychology of a series of problems schools underwent at the time.

Keywords: psychological tests; school failure; public school; aptitudes; individual differences.

Apresentação

O propósito deste artigo é analisar o modo como o saber psicológico justificou a exclusão operada pela escola por meio da constituição de um conjunto de argumentos presentes nos artigos que tratavam da importância do uso dos testes psicológicos como instrumento de mensuração. Os artigos analisados foram publicados em um periódico educacional destinado ao professorado do estado de São Paulo, editado pelo Governo desse Estado durante os últimos anos da década de 1920 (1928-1930).

A partir da análise desses artigos é possível vislumbrar o momento em que se consolidava um conjunto de argumentos apoiados na Psicologia, utilizados para proporcionar explicações aos professores sobre a existência de diferenças de aptidão entre os alunos. São explicações que seriam largamente utilizadas nas décadas seguintes, a partir do uso dos testes psicológicos como um instrumento de mensuração e/ou diagnóstico, e por diferentes maneiras buscavam no aluno a resposta para fenômenos como a reprovação e a evasão. Por conceber o aluno como portador de determinadas características que responderiam pelo seu sucesso ou fracasso na escola, tais explicações subsidiaram práticas e proporcionaram bases para formulações que desconsideravam o contexto social e histórico. Decorre justamente daí – da persistência de concepções e práticas muito próximas do modelo explicativo detectado nos artigos analisados: aquele que busca no próprio aluno a razão do seu insucesso – a importância de se investigar as relações entre psicologia e educação brasileira. Isto porque o uso de um referencial explicativo proveniente da psicologia deve ser pensado a partir das condições sociais e históricas da sua constituição. Portanto, é parte indissociável da história da Educação brasileira, e dos impasses que a escola enfrentou, o desenvolvimento e a consolidação das práticas “psi”.

Partindo desse ponto de vista, este artigo analisa em um primeiro momento algumas pesquisas recentes sobre a exclusão operada pela escola brasileira nas últimas décadas, com o intuito de apresentar a

persistência de determinadas práticas e explicações de cunho individualizante. Em seguida são discutidas algumas questões relacionadas com a Psicologia e a Educação brasileiras, que permitem contextualizar o momento histórico em que ocorreu a disseminação do uso dos testes de aptidão. O terceiro tópico apresenta o periódico adotado como fonte de dados para as reflexões aqui desenvolvidas. Essas reflexões estão colocadas no item seguinte, no qual são analisadas as questões mais recorrentes nos artigos pesquisados. Por último, há uma conclusão em que são tecidas as considerações finais em torno do tema deste artigo.

Escola e exclusão: algumas análises recentes

A exclusão operada pela escola é uma realidade que persiste até o momento, como se pode constatar pelas profícuas análises empreendidas por pesquisadores brasileiros nas últimas décadas sobre o modo como o cotidiano escolar é pleno de mecanismos e discursos justificadores dessa realidade. Patto (1999), por exemplo, em uma pesquisa realizada durante a década de 1980, demonstra como o fracasso escolar vai sendo *produzido*: discursos e práticas dos professores e do corpo técnico da escola reproduzem um conjunto de crenças negativas que recaem sobre alunos portadores de determinadas características étnicas, culturais e sociais tidas como incompatíveis com as exigências da escola. A leitura que é feita de tais características acaba por selar o fracasso das crianças na escola, uma vez que suas atitudes e comportamentos são interpretados pelos professores e corpo técnico como indicadores de incapacidade.

Também adotando o cotidiano escolar como objeto de investigação, Cruz (1997) demonstra como as representações que as crianças possuem da escola são alteradas ao longo do período letivo: os comentários positivos que prevaleciam inicialmente são gradativamente substituídos pela descrença na sua capacidade de aprender e por fantasias de punição. Mais recentemente Oliveira (2001) pesquisou o insucesso escolar analisando o cotidiano de uma escola pública sob uma perspectiva micropolítica. Sua pesquisa desvela a existência de um conjunto de

práticas que instauram regimes de verdade sobre os sujeitos/alunos, tornando naturais a reprovação/evasão escolar.

Os trabalhos citados, dentre outros, demonstram que a exclusão escolar, embora determinada por fatores que transcendem o universo institucional e ainda mais o aluno em questão, continua sendo legitimada por um conjunto de práticas arraigadas de saberes instituídos e tidos como neutros – entre eles, aqueles englobados sob o radical “psi” (Patto, 1999; Machado, 1997).

As análises das concepções dos psicólogos sobre a realidade escolar (Patto, 1984) e sobre o modo como atuam diante das queixas escolares (Cabral e Sawaya, 2001) demonstram que as explicações que localizam no aluno, em sua família ou nos professores os determinantes do fracasso escolar continuam sendo predominantes. Do mesmo modo, essas explicações também podem ser percebidas no discurso dos professores sobre o desempenho escolar desigual de seus alunos e nas práticas produzidas no cotidiano escolar (Cruz, 1997; Patto, 1999; Souza, 2000). O próprio uso dos testes psicológicos como instrumentos de mensuração foi problematizado por Patto (1997), em um artigo no qual aponta algumas das questões fundamentais que devem nortear as discussões sobre o uso desses instrumentos, entre as quais a necessidade de uma análise das condições históricas de produção desse conhecimento.

Entretanto, apesar das contribuições distintas, as reflexões citadas têm em comum o fato de apontarem para a persistência de uma visão de homem que subjaz às explicações e às práticas “psi”. Trata-se de um conjunto de explicações que podem ser englobadas no que Bock (2000) denominou de *visão liberal de homem*, presente em uma determinada concepção de Psicologia. Nesse sentido, o homem é pensado como portador de uma *natureza humana*, tida como universal e a-histórica, e que apenas seria desenvolvida pelo meio social. Além disso, o fenômeno psicológico é visto como algo abstrato, natural, entendido como inerente ao sujeito e desvinculado do contexto histórico e social em que foi produzido. O próprio conhecimento

produzido pela psicologia, bem como a consolidação e a persistência desse modelo explicativo devem ser analisadas no contexto histórico e social de sua produção. Portanto, esses dois aspectos são parte de uma história da educação brasileira e dos determinantes que atuaram na organização da Psicologia como um campo de saber útil para que se pensasse as finalidades da escola, as práticas educacionais, assim como os impasses que a escolarização enfrentava (e enfrenta). A análise da constituição de um conjunto de argumentos, que enaltecia o uso dos testes de aptidão no final da década de 1920, evidencia o momento da gênese de um modelo explicativo que viria a ser largamente utilizado nas décadas posteriores.

Racionalidade, ciência e escolarização: psicologia e educação brasileira nas primeiras décadas do século XX

A importância que as explicações provenientes da Psicologia desfrutavam no momento da publicação dos artigos analisados (1928-1930) pode ser contextualizada e mais bem aquilatada a partir de duas vertentes. A *primeira* diz respeito aos desdobramentos provenientes da disseminação dos ideais cientificistas no Brasil, o que ocorreu de maneira preponderante a partir das últimas décadas do século XIX. A *segunda vertente*, indissociável da primeira, refere-se aos percalços da escola, que se tornaram mais evidentes a partir das altas taxas de reprovação, constatadas ao longo da expansão do ensino público graduado, o que proporcionou a base para a existência de uma demanda no sentido de fornecer explicações para esse fenômeno.

Assim, a emergência da Psicologia como o conhecimento capaz de fornecer as explicações sobre o fracasso escolar é indissociável das duas vertentes apresentadas: tanto se inscreve na crença de que a ciência era o conhecimento válido e verdadeiro, quanto nas razões de fato, constatadas pelas enormes taxas de reprovação no momento em que o resultado das avaliações psicológicas dos diferentes alunos permite verificar as diferenças psicológicas individuais. Algumas questões relativas a essas duas vertentes serão abordadas a seguir.

No que diz respeito à primeira vertente, ou seja, a disseminação do cientificismo no Brasil, é importante situá-la historicamente, bem como explicitar alguns dos desdobramentos desses ideais. As doutrinas científicas forneceram bases para que intelectuais e governantes brasileiros pensassem a realidade do país desde as últimas décadas do século XIX, e estavam plenamente consolidadas como matriz explicativa nas primeiras décadas do século XX. Foi a partir dos ideais do conhecimento científico que um conjunto de explicações sobre os problemas brasileiros foi elaborado, tomando como base autores estrangeiros, sobretudo europeus, como Hebert Spencer, August Comte, Gustave Le Bon e outros que também eram afeitos a essas linhas de pensamento (Carelli, 1994; Collichio, 1988; Needell, 1993). Foi de maneira tributária a esses ideais que a escolarização foi pensada. A importância que a educação adquiriu devia-se tanto às crenças de que era fundamental para fomentar o desenvolvimento nacional (Barros, 1959), quanto, sob um aspecto individual, como forma de aperfeiçoamento do sujeito ou uma maneira de “vencer na vida” (Paris, 1980).

Assim, se o entendimento da educação como catalisadora do progresso da nação encontra ecos na doutrina de Comte (Nisbet, 1985), são as doutrinas de inspiração evolucionista que estão na matriz explicativa da importância da educação sob o aspecto individual (Alonso, 1995), pois apresentavam a sociedade como regida pelas leis de seleção e adaptação similares às daquelas que operam no mundo natural, justificando a sobrevivência dos mais aptos. O individualismo embutido nesse raciocínio permitia a valorização dos *self-made man*, por entender que faz parte do processo social a exclusão dos supostamente menos capacitados. Esses dois aspectos, aquele de ordem social e o de ordem individual, que permearam as justificativas sobre a importância da escolarização, também podem ser percebidos nos argumentos presentes para a importância do uso dos testes de aptidão no periódico pesquisado. Sob essa perspectiva, as justificativas sobre a importância do uso dos testes de aptidão para a ordem social recaíam sobre a possibilidade de minorar as tensões sociais mediante

um encaminhamento profissional adequado, ao passo que as explicações sobre os benefícios de ordem pessoal apontavam a satisfação que o indivíduo experimentaria, caso desempenhasse uma profissão de acordo com suas inclinações.

Em relação à segunda vertente, ou seja, aquela que engloba um conjunto de impasses oriundos da expansão da escola graduada, torna-se fundamental apresentar alguns elementos de ordem histórica que permitam melhor contextualizar a educação durante as primeiras décadas do século XX. A expansão da escolarização pública no estado de São Paulo foi significativa durante a Primeira República (1890-1930), como aponta Costa (1980), sobretudo quando comparada ao mesmo período em outros estados brasileiros, e aos períodos anteriores no próprio estado de São Paulo. Mais do que apenas a difusão da escolarização para uma parcela maior da população, esse período também marca o surgimento de uma escola com determinadas características de organização pedagógica e insere-se em uma lógica que via a escola como uma instituição fundamental para a organização racional do trabalho, visando também a obtenção de uma eficácia máxima em termos de resultados.

Contraditoriamente, foram justamente as transformações que a escola sofreu para tornar-se “mais eficaz” e atingir um número maior de pessoas que evidenciaram as mazelas do sistema de ensino, como é possível depreender a partir das pesquisas de Souza (1996), que analisa a implantação das escolas graduadas em São Paulo, e de Antunha (1976), que apresenta os índices de reprovação nas primeiras décadas do século XX. Além de uma série de alterações e discussões relativas ao currículo (Reis Filho, 1981, p. 180), que escapam aos propósitos da presente pesquisa, a implantação das escolas com diferentes classes graduadas, cada uma delas sob a responsabilidade de um professor, foi uma das alterações na organização do ensino que melhor espelha essa lógica de racionalização, e sem dúvida, aquela que evidenciou o fracasso escolar como fenômeno do ensino público paulista.

São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a implantar essas escolas graduadas, em um ritmo moroso, a partir de 1894 (Costa, 1980). Embora essa medida tenha se revelado de indiscutível utilidade para a organização e expansão do ensino primário, trouxe conseqüências, entre elas, o problema da baixa promoção (Souza, 1996). Outros autores, como Antunha (1976), analisando a escolarização em São Paulo nas duas primeiras décadas do século XX, apontam a reprovação de crianças no primeiro ano do ensino fundamental como um dos maiores problemas da época. Para exemplificar, Antunha (1976) demonstra que em 1919 as reprovações no final do primeiro ano de escolarização atingiram 53% dos alunos.

É considerando esses impasses que a escolarização sofria no estado de São Paulo nas primeiras décadas do século XX, que é possível situar a importância que os testes de aptidão adquiriram como matriz explicativa, e sobretudo justificadora, desses fenômenos relatados nos artigos da revista *Educação*, destinada ao professorado.

Método

Este trabalho foi elaborado a partir da pesquisa efetuada em 23 números da revista intitulada *Educação*, editados entre 1928 e 1930, presentes no acervo da Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, como está elencado no Anexo I. A partir da análise desses 23 números, foram selecionados 28 artigos que fazem menção direta à importância do uso dos testes em seu título, ou que indiretamente apontavam-nos como solução para os problemas do ensino, como é possível verificar no Anexo II. Destes, foram citados ao longo do texto apenas alguns trechos, a título de exemplo, das explicações mais recorrentes sobre a importância do uso dos testes de aptidão para a prática pedagógica e para a sociedade.

A revista *Educação*, um periódico editado em conjunto pela Diretoria Geral de Instrução Pública e pela Sociedade de Educação de São Paulo, era dirigida ao professorado paulista e foi escolhida para análise em função do propósito de se entender a constituição das explicações

oriundas da Psicologia sobre a Educação em um momento em que se consolidou o uso dos testes psicológicos como instrumento válido para a aferição das diferenças individuais. Trata-se, portanto, de uma análise no sentido de explicitar o modo como foram apresentadas essas noções de cunho individualizante, a partir da adoção dos testes de aptidão como instrumento neutro e confiável, nas explicações oferecidas para os professores do estado de São Paulo naquele momento.

O amplo emprego desses instrumentos de medida ocorreu a partir da década de 1920, mais precisamente após 1925, como apontam historiadores da Psicologia (Cabral, 1950; Lourenço Filho, 1994). Também o fato de se tratar de um periódico editado pelo Governo de São Paulo permite que se observe o modo como o próprio Estado formulou respostas para certas questões relacionadas com a Educação. Essas explicações possuíam uma natureza duplamente instituída, sendo os artigos escritos por intelectuais brasileiros e estrangeiros (traduções), que abordavam os problemas da educação a partir de uma ótica que se pretendia neutra (o conhecimento científico). Além disso, foram publicados sob o patrocínio do Governo, com a finalidade de disseminar conhecimentos de ordem pedagógica entre os professores que atuavam na rede pública de ensino. Observa-se, assim, que a própria existência desse tipo de publicação encontra-se inscrita em uma lógica de justificação dos impasses enfrentados pela escolarização naquele momento.

O aluno sob medida: ou como forjar uma explicação simples para fenômenos complexos

O conjunto de textos no periódico pesquisado permite perceber a existência de três vertentes principais de argumentação: a importância do uso dos testes de aptidão para a escola, para a sociedade e para o aluno. São essas as principais justificativas que aparecem nos numerosos artigos que abordam algumas questões para calarem outras, e serão apresentadas aqui nessa ordem.

Em relação à importância do uso da mensuração psicológica para a escola, os argumentos apresentados nos artigos analisados aparecem

de duas maneiras: a primeira aponta a questão do rendimento escolar (ou reprovações em massa); a outra diz respeito à necessidade de se detectar, mensurar e classificar os alunos a partir do uso dos testes de aptidão para supostamente respeitar as “diferenças individuais”.

Embora a análise do contexto histórico da escolarização no estado de São Paulo desenvolvida aqui tenha associado, a partir de dados obtidos em pesquisas efetuadas por outros autores, o alto índice de reprovações como um dos aspectos determinantes para a adoção dos testes psicológicos de aptidão como a base das explicações sobre as diferenças de rendimento escolar, é interessante constatar que os artigos analisados na revista *Educação* (1928-1930) fazem pouquíssimas menções a esse fenômeno. De todos os números consultados, um total de 23, apenas um artigo menciona diretamente a reprovação. Nesse texto publicado em 1929, o autor Luiz Damasco Penna curiosamente menciona o fenômeno como algo que já era do conhecimento geral naquele momento (Penna, 1929). Mais do que isso, a constatação que as reprovações atingiam em grande parte os alunos do primeiro ano de escolarização motivou Penna a fazer ponderações sobre o melhor modo de organizar as classes, nas quais se encontra embutido o entendimento sobre a matriz dessas diferenças (Penna, 1929). Imbuído das noções caras à psicologia apoiada na mensuração das diferenças individuais, o autor propõe uma divisão “racional” dos alunos, a partir do desempenho obtido nessas avaliações, que determinaria uma separação de turmas *mais homogêneas*, mesmo antes do início da sua escolarização:

Urge, na matrícula do 1o. anno, quer para alumnos novos, quer para os repetentes, um critério mais perfeito para a organização das turmas. Eis tudo. Dada a turma, composta de elementos praticamente homogêneos e alliviada da sobrecarga dos menos capazes, não fará milagre algum em dar 100% de promoção, ou, concedamos 95% [...] (Penna, 1929, p. 246).

A própria constatação de que a reprovação – um dos principais problemas do ensino paulista naquele momento – não era um assunto tratado diretamente nos artigos publicados na revista *Educação* merece

uma análise mais detida. São essas lacunas que de certo modo servem para iluminar o propósito justificador desses artigos, dotado de um pragmatismo cego em relação às causas, todas derivadas de um único entendimento: aquele que toma as diferenças individuais como realidades naturais, escamoteando a constituição histórica e social do homem. As explicações e as possíveis soluções elaboradas para a educação, tomando como base um referencial oriundo da psicologia, não discutiam os males que afligiam a escola, e muitas vezes sequer os enunciavam. Entretanto, ofereciam soluções nas quais se pode perceber o modo como a escolarização pública brasileira, no momento em que supostamente estava sendo difundida, foi direcionada para certos propósitos e para determinadas classes sociais. Nesse sentido, é possível perceber um movimento explicativo que estabelece limites e institui parâmetros para a escolarização, tomando como base a existência de diferenças individuais que deveriam ser mensuradas e conhecidas, antes mesmo da entrada da criança na escola. Pode-se tomar, como exemplo desse tipo de argumentação, um artigo de autoria do professor da Escola Normal de Pernambuco, Sylvio Rabello, publicado em 1928:

A escola experimentou radicaes modificações. Antes de tudo, deve-se attender que cada criança é um typo distinto, resumindo traços de uma physionomia psychologica muito particular. O conhecimento desses caratères é uma medida que se impõe preliminarmente. Precede a toda tentativa de educação. Impossível é enfeixar todas as crianças no molde invariável- verdadeira camisa de força- da escola empírica (Rabello, 1928, p. 3).

Paralelamente às explicações de que a escola deveria atuar a partir do reconhecimento dessas diferenças individuais, também apareciam outros argumentos que colocavam de maneira clara que a educação deveria ser direcionada e distribuída de acordo com a classe social. Embora mesclados com argumentos sobre as diferenças individuais inatas, como “dons” e “aptidões”, esses textos permitem perceber o elo estabelecido entre um conjunto de explicações de ordem cientificista sobre o homem e a exclusão social operada pela escola. Um bom exemplo dessa linha de argumentação é o artigo publicado em 1928,

de autoria de Veiga Miranda, diretor do Ginásio do Estado de São Paulo, instalado na Capital:

A instrução póde ser dosada conforme a categoria social das pessoas, conforme as suas predilecções de espírito. Não é possível dar ás massas, de alto a baixo, o mesmo teor de ensino, a mesma somma de conhecimentos. Mas a educação deve proporcionar a todos, o quanto possível igualmente, os seus dons (Miranda, 1928, p. 178).

O vínculo indissociável estabelecido por essa psicologia, que atribuía a um conjunto de características inatas o destino social de cada um, com as finalidades da escolarização, é mais freqüente nas argumentações presentes nos artigos que tratam da importância de se detectar, mensurar e classificar os alunos a partir do uso dos testes de aptidão como condição para o bom funcionamento da sociedade. Nesse sentido, o conjunto de textos no periódico pesquisado permite perceber que um dos principais argumentos que sustentava a psicologia das aptidões, e consolidava sua validade, era um entendimento específico da sociedade: o princípio de que existiam funções distintas para as pessoas na organização social. O que estava em jogo, portanto, era a idéia de que a sociedade funcionava a partir da existência de funções diferenciadas, e que estas deveriam ser exercidas por aqueles que apresentassem as aptidões adequadas. Não por acaso, uma das conclusões que estava implícita era a compreensão de que os interesses coletivos deveriam se sobrepor aos de ordem individual. O artigo de uma aluna da Escola Normal de São Paulo, Eneida Barreto, publicado em 1928, ilustra esse tipo de argumentação:

É preciso que todos compreendam que são elementos de uma sociedade para cujo engrandecimento devem colaborar, porque todos são capazes. Naturalmente, uns e outros não podem cooperar com a mesma perfeição. Não importa. Esse motivo não deve ser argumento para desprezar o esforço em prol da collectividade (Barreto, 1928, p. 185).

Mais do que a necessidade de uma harmonização social “voluntária”, mas de cunho claramente apaziguador das diferenças sociais cristalizadas na sociedade brasileira, um artigo aproxima-se ainda mais dessa vertente de argumentação, demonstrando com clareza o modo como os testes de

aptidão poderiam ser utilizados como um instrumento de profilaxia das tensões sociais. Escrito em um momento de efervescência dos movimentos operários que ocorreram em São Paulo – o que levou ao aparecimento de várias leis trabalhistas ao longo dos últimos anos da década de 1920, paralelamente a uma repressão mais forte desses movimentos de trabalhadores, como demonstra Pinheiro (1984) –, esse artigo pode ser lido como um bom indício do quanto as questões sociais reverberam nas elaborações supostamente neutras que a psicologia apresentava (e apresenta). A autora, que na época da publicação do artigo, em 1929, era professora do Grupo Escolar Prudente de Moraes, na Capital paulista, apontava uma série de problemas sociais que supostamente seriam resolvidos com a orientação profissional. Pois, para ela,

O mal social mais grave, é o decorrente da inaptidão profissional, motivada pela falta de capacidade intellectual ou affectiva. A multidão dos que falham nada mais é do que a phalange numerosa dos que se decidiram erradamente por um ramo de actividades. Com o espírito propicio á eclosão das idéas anarchistas, de ódio, de luta de classes vêm, esses indivíduos, a perturbar o equilibrio social. A criminalidade infantil não será effeito da vagabundagem dos menores delinquentes? (Silveira, 1929, p. 89).

Entretanto, ainda que boa parte dos argumentos utilizados pelos defensores da psicologia das aptidões tratasse da submissão aos ditames da ordem social, apareciam atreladas a estas as vantagens individuais que os testes proporcionariam, notadamente a possibilidade de satisfação individual, o êxito no trabalho e o respeito pela individualidade. O trecho citado a seguir do artigo publicado em 1928, de autoria de um médico, E. Esposel, exemplifica o modo como essas colocações apareciam:

Ainda é dos nossos dias encontrarem-se médicos sem gosto pela profissão, padres renegados, militares com horror pela carreira das armas, e assim são todos improductivos, agulhoados toda a vida a um trabalho que exercem sem prazer nem estímulo, eternos irritados, neurasthenicos, revoltados. Insisto, pois, nos dois grandes benefícios que procura a pratica da orientação profissional sob base scientifica, verificadora das tendencias, da aptidão, da inclinação, da vocação individual para as profissões: I – A

alegria no trabalho, que dá certo sabor à vida, e afasta as probabilidades do nervosismo e da psychopatia; II- O rendimento maior de quem trabalha no mister de suas inclinações naturaes, circumstancia que não preciso encarecer no ponto de vista das vantagens pessoaes, mas sobretudo do aumento da produção nacional e do accrescimento da fortuna publica (Esposel, 1928, p. 185-186).

Apoiando-se em argumentos supostamente neutros, por serem “científicos”, os defensores da psicologia das aptidões consideravam-se inovadores ao postular a possibilidade de cada um obter satisfação no exercício de funções consoantes com seus talentos. Entretanto, além de uma submissão aos ditames de uma ordem social, nesses artigos analisados é possível perceber uma outra linha de argumentação que desloca ainda mais a possibilidade de escolha do sujeito, e faz desvanecer qualquer entendimento de que o uso desses instrumentos possa ter fortalecido as idiossincrasias ou gostos pessoais. É principalmente ao tratar de “quem” poderia determinar as aptidões, que o uso dos testes reafirma sua capacidade de segmentar e classificar as pessoas a partir de parâmetros previamente estabelecidos, que ultrapassavam as possibilidades de escolha individual. Foi exatamente nessa lacuna que se estabeleceram algumas das concepções mais justificadoras e naturalizadoras da exclusão social, pois a definição das aptidões de cada um deveria ser feita a partir de critérios e medidas estabelecidos pela psicologia. Um artigo, escrito por um médico do Instituto de Higiene de São Paulo, Borges Vieira, publicado em 1928, ilustra esse tipo de argumentação:

Já é tempo para que a profissão dos filhos deixe de ser predeterminada de accordó com o capricho dos Paes ou circumstancias occasionaes, como tem sido ate agora. Cada um deve exercer a profissão para a qual as suas aptidões, as suas tendências o chamam, a profissão que exercerá com amor, com prazer. E esta escolha não deve estar na dependencia de uma manifestação apenas da criança ou do adolescente que pelo facto de dizer ‘eu quero ser medico’ ou ‘eu quero ser militar’ tenha manifestado a tendencia.[...] Não basta isso. É necessário que para cada profissão sejam bem aquilatadas e verificadas as aptidões, a intelligencia necessária, o que se fará por meio de tests especiaes. (Vieira, 1928, p. 217).

A psicologia que preconizava o uso dos testes psicológicos como instrumentos de mensuração consolidou-se nas décadas seguintes. Embora nos artigos aqui analisados o conjunto dos argumentos utilizados possa parecer à primeira vista contraditório, eles provocaram desdobramentos semelhantes no que diz respeito a uma naturalização das diferenças sociais. Assim, mesmo que alguns apontem a importância de se detectar as diferenças de aptidão como signo de respeito às inclinações individuais, e outros expliquem a necessidade de submissão a um conjunto de normas sociais, há um ponto comum a todas essas reflexões, que é a naturalização decorrente desses argumentos. Localizando no indivíduo diferenças de aptidão imutáveis, designava-se um lugar para cada um no conjunto da sociedade a partir do respaldo inquestionável do conhecimento científico. Alguns autores desses artigos analisados chegaram a recomendar que sequer se investisse na educação daqueles que não passassem pelo crivo das avaliações psicológicas. Explicava-se assim a existência de diferenças sociais a partir das diferenças individuais.

Conclusão

O uso dos testes psicológicos sela um momento fundamental dessa ênfase sobre o sujeito como portador em si de diferenças, que traduziriam possibilidades específicas em termos sociais. Mesmo que, desde 1914, por exemplo, como demonstra Carvalho (1997), existisse um Laboratório de Pedagogia Experimental no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica da Escola Normal de São Paulo, cujo propósito era, de acordo com essa autora, construir um conhecimento científico do aluno por meio de diversas aferições, os instrumentos utilizados eram, em sua maioria, caros e difíceis de manusear. Apenas a chamada Carteira Biográfica Escolar, que consistia em um acompanhamento do aluno por meio de fotografias anuais, dados sobre a família e informações obtidas por exames médicos, foi preconizada para ser generalizada por todos os grupos escolares (Carvalho, 1997). Assim, ainda que antes da disseminação dos testes, a psicologia tenha fornecido outros modelos explicativos que puderam ser lidos e apropriados de forma a naturalizar a existência das diferenças individuais,

um outro conjunto de possibilidades foi inaugurado com o emprego dos testes de aptidão. A proliferação desses instrumentos no Brasil ocorreu também por serem fáceis de manusear e permitirem, com relativa prontidão, seu emprego para que se classificassem as pessoas por padrões considerados incontestáveis por serem “científicos”.

A análise desses fenômenos não pode ser desvinculada de seu contexto de origem, pois foi uma crença cega nos poderes da ciência, uma leitura da sociedade efetuada a partir de um referencial biológico, o evolucionismo, bem como um conjunto de tensões sociais, como o movimento operário, e sobretudo os impasses decorrentes da difusão de uma escolarização ávida por resultados (aprovação), em uma sociedade extremamente desigual, que tornaram o terreno fértil para a proliferação desse tipo de instrumento. Também não é por acaso que uma revista, cujo público-alvo era o professorado do estado de São Paulo, tenha veiculado tantos artigos que apontavam soluções sob esses pontos de vista, e mais ainda, que ela fosse publicada pelo Governo. Era preciso explicar o que estava acontecendo, justificar porque a escola não apresentava os resultados esperados. Nesse momento, os alunos foram os escolhidos.

Nota

1. Este artigo é decorrente de uma série de reflexões efetuadas no exercício docente da autora, como professora da disciplina Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem I, sob sua responsabilidade desde 2001, no curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Essas reflexões permitiram a sistematização e a retomada de algumas questões esboçadas por ocasião da elaboração de sua tese de doutorado na Faculdade de Educação da USP (Margotto, 2000).

Referências Bibliográficas

ALONSO, A.M. (1995). *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no século XIX*. São Paulo: USP/Instituto de Estudos Avançados. (Série Teoria Política, n. 9, jun).

ANTUNHA, H.C.G. (1976). *Instrução pública no estado de São Paulo: a reforma de 1920*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP. (Col. Estudos e Documentos, v. 12).

BARRETO, E. (1928). A influencia da escola na vida do cidadão. *Educação*. 5(2/3): 181-195.

BARROS, R.S.M. (1959). *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH. (Boletim, n. 241).

BOCK, A.M.M.B. (2000). As influências do Barão de Münchhausen na Psicologia da Educação. In: TAMANACHI, E.R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M.L. (orgs). *Psicologia e educação desafios teóricos e práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

CABRAL, A.C.M. (1950). *A psicologia no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo/FFLCH. (Boletim CXIX, n. 3).

CABRAL, E.; SAWAYA, S.M. (2001). Concepções e atuação profissional diante das queixas escolares: os psicólogos nos serviços públicos de saúde. *Estudos de Psicologia*. Natal: UFRN. 6(2): 143-155.

CARELLI, M. (1994). *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus.

CARVALHO, M.M.C. (1997). Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo/Bragança Paulista: Cortez/Editora da Universidade São Francisco.

CATANI, D.B.; SOUSA, C.P. (1999). *Imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)*. São Paulo: Plêiade.

COLLICHIO, T.A.F. (1988). *Miranda de Azevedo e o darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: EDUSP/Itatiaia.

COSTA, A.M.C.I. (1980). *A educação em São Paulo na República Velha: a expansão do ensino primário*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.

CRUZ, S.H.V. (1997). Representação de escola e trajetória escolar. *Psicologia USP*. São Paulo, 8(1): 91-111.

ESPOSEL, E. (1928). Orientação profissional. *Educação*. III(2): 184-192.

LOURENÇO FILHO, M.B. (1994). A psicologia no Brasil. In: AZEVEDO, F. (org). *As ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. vol. II.

MACHADO, A.M. (1997). Avaliação e fracasso: a produção coletiva da queixa escolar. In: AQUINO, J.G. (org). *Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas*. 2. ed. São Paulo: Summus.

MARGOTTO, L.R. (2000). *A psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (1890-1930)*. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, USP. São Paulo.

MIRANDA, V. (1928). A educação individual e a educação colectiva. *Educação*. IV(2/3): 173-186.

NEDELL, J. (1993). *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras.

NISBET, R. (1985). *História da idéia de progresso*. Brasília: Editora da UnB.

OLIVEIRA, C.A.B. (1929). A orientação escolar e as vocações profissionais. *Educação*. IX(3): 94-106.

- OLIVEIRA, S. P. (2001). *Micropolítica do fracasso escolar: uma tentativa de aliança com o invisível*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória.
- PARIS, M.L. (1980). *A educação no Império: o jornal "A Província de São Paulo" (1875-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- PATTO, M.H.S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- _____. (1997). Para uma crítica da razão psicométrica. *Psicologia USP*, 8(1): 47-62.
- _____. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PENNA, L.D. (1929). Rendimento escolar. *Educação*. IX (2): 242-247.
- PINHEIRO, P.S. (1984). O proletariado industrial durante a Primeira República. In: FAUSTO, B. (org). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano (1899-1930)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- RABELLO, S. (1928). O problema dos supernormaes. *Educação*. 5(3):3-12.
- REIS FILHO, C. (1981). *A educação e a ilusão liberal*. São Paulo: Cortez, Autores Associados.
- SILVEIRA, N. (1929). A orientação profissional: seu objectivo, o papel da escola primaria como pré-orientadora profissional. *Educação*. VI (2): 87-98
- SOUZA, M.P.R. (2000). A queixa escolar e a formação dos psicólogos: desafios e perspectivas. In: TAMANACHI, E.R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M.L. (orgs). *Psicologia e educação desafios teóricos e práticos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- SOUZA, R.F. (1996). *Templos de civilização: um estudo sobre a implantação dos grupos escolares em São Paulo (1890-1910)*. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- VIEIRA, B.F. (1928). A higiene mental e a orientação profissional. *Educação*. 5(2):209-218.

Anexo I

Educação: Órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo – números consultados

Volume II(1), 1928

Volume III(1), 1928

Volume III(2), 1928

Volume III(3), 1928

Volume IV(1), 1928

Volume IV(2-3), 1928

Volume V(1), 1928

Volume V(2-3), 1928

Volume VI(1), 1929

Volume VI(3), 1929

Volume VII(1), 1929

Volume VII(2), 1929

Volume VII(3) 1929

Volume VIII(3), 1929

Volume IX(1), 1929

Volume IX(2), 1929

Volume IX(3), 1929

Volume XI(1), 1930

Volume XI(2), 1930

Volume XI(2), 1930

Volume XII(1), 1930

Volume XII(2), 1930

Volume XII(3), 1930.

Anexo II

Artigos selecionados para a pesquisa

AUTRAN, Etulain. (1930). Cincoentenario da Escola Normal da Capital. *Educação*. XII(3): 313-332.

ALVES, Isaias. (1929). "Tests" Mentaes e Pedagogicos. *Educação*. IX(3): 335-339.

BARRETTO, Eneida. (1928). A influencia da escola na vida do cidadão. *Educação*. V(2-3): 181-195.

CAMPOS, Ernesto de Souza. (1930). Educação literaria e educação scientifica. *Educação*. XII(2): 161-170.

CALDEIRA, Branca. (1928). A orientação profissional. *Educação*. V(2-3): 251-254.

CESAR, Osorio. (1929). A alphabetização das crianças anormaes. *Educação*. IX(3): 389-393.

CLAPARÈDE, Edouard. (1928). Conceito funcional da educação. *Educação*. III(2): 113-121.

DUTHIL, René. (1928). Iniciação ao methodo dos tests. *Educação*. V(1): 39-50.

_____. (1929). O lugar que deve ocupar no ensino o methodo dos tests. *Educação*. VII(2): 137-140.

ESPOSEL, E. (1928). Orientação profissional. *Educação*. III(2): 184-192.

GUERNER, Fausto. (1928). Higiene mental. *Educação*. II(1-3): 177-182.

LESSA, Gustavo. (1929). Orientação da Escola Activa nos Estados Unidos. *Educação*. IX(2): 248-269.

LIMONGI, Papaterra. (1928). A orientação profissional das classes commerciaes. *Educação*. V(2-3): 245-250.

LOURENÇO FILHO, M.B. (1928). Há uma vocação para o magisterio? *Educação*. V(2-3): 219-234.

_____. (1929). A “Escola Nova”. *Educação*. VII(3): 293- 301.

MIRANDA, Veiga. (1928). A educação individual e a educação colletiva. *Educação*. IV(2-3): 173-186.

MORAES, Deodato de. (1928). A Psycho-analyse na educação. *Educação*. II (1-3): 37-45.

MORAES, Domingos de Vilhena. (1930). Ensino Secundário: deficiencia e causas. *Educação*. XI(2): 337-342.

MOURA, Americo de. (1928). A orientação profissional. *Educação*. V(2-3): 235-244.

OLIVEIRA, C.A. Barbosa (1929). A orientação escolar e as vocações profissionais. *Educação*. IX(3): 94-106.

PENNA, Luiz Damasco. (1929). Rendimento escolar. *Educação*. IX(2): 242-247.

RABELO, Silvio. (1928). O problema dos supernormaes. *Educação*. V(1): 3-12

SERRANO, Jonathas. (1928). Escola Normal – Centro de Pesquisas Pedagógicas e de Irradiação Educativa. *Educação*. III(3): 274-287.

SILVEIRA, Noemy M da. Relatório Geral da Semana de Educação. *Educação*. V(2-3): 87-119.

_____. (1929). A orientação profissional. *Educação*. VI(1): 87-98.

SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO. (1928). A questão dos testes. *Educação*. III(3): 317-319.

SOUZA, Joaquim Moreira de. (1930). These 5. *Educação*. XII(2): 3-10.

VIEIRA, Borges F. (1928). A higiene mental e a orientação profissional. *Educação*. V(2):209-218.

VIEIRA, Marcondes. (1928). Imigração e hygiene mental. *Educação*. III(1): 24-38.

STEWART, C.T. (1928). A orientação profissional. *Educação*. V(2-3): 205-208.

LILIAN ROSE MARGOTTO

Rua José de Anchieta Fontana, 480 / 202 – 29090-400 – Jardim Camburi – Vitória/ES
tel: (27) 3347-4312

e-mail: lilianmargotto@terra.com.br

recebido em 08/12/03

versão revisada recebida em 07/06/04

aprovado em 21/09/04